
Pauta: Comunidade da vila Santo André (Av. Ernesto Neugebauer com BR-290) – situação atual e futura; serviços públicos e processo judicial nº CNJ 0055996-33.2014.8.21.0001

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h11min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Boa tarde. É com muita satisfação que agradeço a presença de todos aqui. Quero chamar para fazer parte da Mesa, já agradecendo aos que prontamente aceitaram o convite, mudaram a sua agenda, fizeram o maior esforço, porque sabem da importância que esta reunião tem com esta comunidade. Quero chamar o secretário André Machado aqui, por favor, para fazer parte da Mesa. Também está chegando o nosso amigo Rodrigo Abrahão, da Equatorial, representante, muito obrigado. Estou vendo o representante do DMLU, o Sr. Alexandre Friedrich dos Santos. A Dra. Juliana Sibebe Silveira Darde e Dra. Cristiane Catarina Oliveira, da PGM. Tem algum representante de outra secretaria? Dos serviços urbanos? Obrigado por ter vindo, pela importância que nós temos dessas secretarias aqui na reunião de comissão. Justificando a ausência do nosso colega Ver. Pedro Ruas que está numa agenda externa, em viagem, representando a Câmara de Vereadores. Está a representante do vereador aqui? O DMAE está aqui também, por favor, venha fazer parte da Mesa. O Ver. Alvoni Medina está cumprindo uma agenda externa também. Quero agradecer ao meu colega Cassiá Carpes, um grande parceiro. Ao Ver. Alexandre Bobadra, também obrigado por estar aqui participando desta reunião hoje. A pauta de hoje foi um pedido da comunidade da vila Santo André, uma comunidade que todos os envolvidos aqui, todos os secretários, todas as secretarias conhecem bem a realidade daquela comunidade. E nós fizemos questão de trazer, assim como nós estamos trazendo, pautando várias questões principalmente para poder trazer para esta comissão que tem essa finalidade, para podermos esclarecer, podermos ser um braço a mais da nossa comunidade. Um braço a mais, no que for de esclarecimentos, no que for de encaminhamentos para que a gente possa estar muito mais perto das nossas comunidades, porque esta Casa tem essa finalidade, principalmente esta comissão, e aqui nós temos uma praticidade de

que cada vereador tem uma pauta, tem suas pautas que estão trazendo nesta comissão. E, prontamente, nós estamos todos fazendo de uma forma para que a gente resolva da melhor maneira possível. Então, se puder ter mais umas duas ou três cadeiras. Tem mais umas duas ou três cadeiras? Quero chamar também os representantes da comunidade da vila Santo André aqui na frente, por favor, o representante. Quem vai ser os representantes? Por favor, pode sentar do lado aqui do nosso amigo. Estão trazendo mais duas cadeiras. (Pausa.)

Esta reunião hoje tem a finalidade... O que acontece? Há pouco tempo o Mais Comunidade esteve presente, juntamente com o prefeito, na vila Santo André, e ficaram alguns encaminhamentos a serem realizados. Eu acho importante essa comunidade saber o que realmente está acontecendo. Eu conversei com o secretário André Machado, porque até então as pessoas, infelizmente, usam, às vezes, de má-fé, com falsas informações, com falsas notícias, fazendo um terrorismo com a comunidade, dizendo que vai ter desapropriação de posse, que elas vão sair e que vão ter que sair daquela área, e as mudanças estão sendo feitas, principalmente a nossa região do 4º Distrito, onde estarão acontecendo muitas mudanças, mas o próprio Prefeito Sebastião Melo diz que as mudanças têm que respeitar todos. E a nossa missão aqui, nesta comissão, é essa, esclarecer e fazer com que a comunidade se sinta muito à vontade, e também poder saber a realidade do que irá acontecer. Porque o nosso papel, nesta Casa, é isso, é chamar a população aqui para dentro, principalmente nesta comissão, para que a gente consiga fazer esse eixo entre o Legislativo e o Executivo, para que a gente consiga fazer com que as coisas saiam o melhor possível. Ou seja, se ficar bom para o Executivo, automaticamente o Legislativo também cresce, e, automaticamente é uma mão de via dupla.

Então eu quero passar a palavra para os colegas aqui para fazer também a...

VEREADOR CASSIÁ CARPRE (PP): Só uma sugestão: que nós possamos iniciar, até para não perder mais tempo, os vereadores estão prestigiando, para que nós possamos, me parece, se não for assim me corrijam, fazer com que a PGM faça uma primeira passada em relação a esse aspecto, se tem alguma coisa ali, ou o próprio secretário do DEMHAB, ou os representantes da

Prefeitura, para que nós possamos, junto com a comunidade, debater aquilo que existe no momento. Faço essa sugestão.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Da mesma forma, eu coaduno o pensamento do Ver. Cassiá, porque já é quarta audiência consecutiva desta comissão desde que nós iniciamos o semestre legislativo. Essa sugestão de começar com a PGM é muito importante, pois já traz um panorama geral para o Legislativo municipal, e a gente pode ajudar de uma forma mais acelerada, para não virar um “plunct plact zum, não vai a lugar nenhum”. A gente, realmente, quer resolver a situação, chegar num ponto de interesse e convergência que fique bom para todos, tanto para o Município quanto para os interessados na região.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu tenho, o pessoal da comunidade nos passou, um processo, acho que vocês têm conhecimento. A última movimentação foi agora, há pouco tempo, e ele consta com a situação de “processo baixado”. Até pediria para vocês, porque esse documento começou a circular dentro da comunidade, e a comunidade já começou a entrar num desespero: Meu Deus do céu, vai começar, não vai começar, enfim, não é? Eu quero agradecer a presença de vocês, que sempre têm se colocado à disposição e sempre têm participado das nossas agendas aqui, o quanto é importante a PGM nessas nossas comissões. Só tenho a agradecer. Passo a palavra para as senhoras doutoras.

SRA. JULIANA SIBELE SILVEIRA DARDE: Boa tarde, meu nome é Juliana, eu sou procuradora, trabalho na PARF, que a procuradoria de regularização fundiária. Eu vou falar sucintamente, dar uma resumida em relação ao processo judicial. A Dra. Cristiane Catarina também é da PGM, trabalha na PME – DEMHAB. Eu vou resumir, para que todo o mundo possa entender um pouquinho o processo. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública, em relação a essa área, contra o Município, o Estado, na época, o DEMHAB e o DAER. O Ministério Público estava pleiteando a regularização ou o reassentamento das

famílias que ocupavam essa área de propriedade do DAER. Durante o processo, o DAER e o Estado foram excluídos do processo, que seguiu apenas contra o Município e o DEMHAB. Fomos condenados, Município e DEMHAB, a reassentar as pessoas que estavam lá, ou regularizar aquelas que fosse possível. Fizemos um estudo pela CTARF em 2016, depois dessa condenação, para avaliar as questões geotécnicas, hidrológicas, de alagamento, todos os riscos que estavam apontados naquele processo, para que a gente pudesse dizer quem poderia ser regularizado, ou se teria que ser um reassentamento, até porque a condenação deu essas duas opções. No parecer em que foram feitas essas diretrizes, a CTARF, a equipe técnica do Município, disse que seria muito difícil regularizar aquelas moradias, porque todo o mundo estaria sujeito a muitos riscos, não seria a melhor opção. Então se considerou o reassentamento como a opção mais viável e mais segura para todo o mundo que está lá nessa comunidade. Depois disso, o processo, em 2020... pois a gente recorreu dessa condenação, até porque a gente estava querendo trazer o DAER junto, já que é o proprietário da área, o responsável pela propriedade, por ser o dono, mas não conseguimos. Em 2020, essa ação transitou em julgado, como a gente diz, que é quando encerram-se as possibilidades de se recorrer, a gente não tem mais alternativas. Em 2020, finalizou esse processo. Depois que finaliza o processo, o Ministério Público, que é o autor da ação, entra com um cumprimento de sentença, como a gente chama em termos jurídicos, que é um pedido para que se possa executar a decisão. O Ministério Público pediu que o Município, o DEMHAB cumprisse aquela condenação, ou seja, reassentasse as pessoas ou regularizasse. Nesse cumprimento de sentença, o Ministério Público pediu duas coisas: que a gente fizesse um levantamento dos ocupantes que lá estavam, quando fomos condenados; e também que se apresentasse um plano de ação pelo Município, que ficou a cargo da SMHARF e do DEMHAB, para a solução do reassentamento dessas pessoas, ou para a regularização, se fosse possível. Encaminhamos internamente, pedimos no Judiciário, nesse cumprimento de sentença, que é o prosseguimento dessa ação, só que, agora, é a execução, é para que a gente cumpra a ordem judicial, pedimos, no processo judicial, um prazo um pouco maior do que o Ministério Público tinha pedido. Eles haviam

pedido 180 dias para atualizar os dados, apresentar o cadastro de moradores, e 360 dias para reassentar. Como envolve muitas famílias, a SMHARF e o DEMHAB precisariam trabalhar juntos nesse plano de ação, que não é muito simples, porque envolve muita gente. Pedimos mais prazo, porque entendemos que esse prazo de um ano seria um prazo bem curto. Sucintamente é isso aí. Sobre o plano de ação, acho que o secretário André vai poder explicar um pouquinho melhor, porque ficou a cargo da Secretaria e do e do DEMHAB. Não sei se a Dra. Cristiane quer falar alguma coisinha?

SRA. CRISTIANE CATARINA OLIVEIRA: Só vou complementar, explicando essa questão do processo judicial. Todo o processo judicial, na verdade, são dois; todos os processos judiciais se dividem em duas partes, como se fossem dois processos judiciais. Sempre tem um processo judicial que é onde o juiz decide alguma coisa; depois, tem sempre um outro processo onde o juiz faz cumprir aquilo que ele decidiu. É por isso que pode parecer estranho que está baixado, o que quer dizer isso? Significa que nem o juiz decidiu que as pessoas da comunidade vão precisar sair dali, já está decidido e isso não vai mudar. Agora, essa primeira parte baixou, por isso tem essa palavra, quer dizer: está decidido. Nessa segunda parte é onde vai ser cumprido, agora é como se fosse um outro processo judicial, é como se fosse uma segunda parte do processo judicial, que é a parte em que essa decisão do juiz será efetivamente cumprida. São sempre duas partes: uma em que o juiz decide e a segunda parte em que a decisão do juiz vai ser cumprida. A primeira parte está decidido; a segunda é “vamos cumprir a decisão”. Essa parte de cumprir a decisão é a parte que vai ser conversada com a comunidade como vai ser cumprida. Eu quero chamar atenção, nesse resumo que a Dra. Juliana fez muito bem, que quem ingressou com a ação judicial foi o Ministério Público; nós, Município, DEMHAB, aqui nós fomos réus, nós fomos demandados, quer dizer, o Ministério Público que entrou com ação, naquela área, contra a comunidade, para que a comunidade fosse ou retirada ou regularizada, mas o Ministério Público que entrou com a ação civil pública em relação àquela área contra a comunidade. Nós, DEMHAB, Município, estamos sofrendo essa ação do Ministério Público, nós somos réus, nós somos

aqui investigados pelo Ministério Público e sofremos essa ação. Estamos fazendo o que podemos, entramos com todos os recursos possíveis, perdemos, e agora o juiz nos condenou, estamos agora nessa segunda parte do processo, resolvendo como iremos cumprir. Essa é a nossa parte, neste momento: como iremos cumprir. A partir desses estudos técnicos, então, estamos vendo agora como iremos cumprir. Não é possível – isso já está certo – regularizar no local, não é possível que sejam regularizados, agora vamos ver como nós iremos cumprir, essa é a parte administrativa. Acho que a parte judicial ficou bem clara: existe uma decisão judicial, a decisão judicial é pelo reassentamento, significa que a comunidade vai ter que sair do local, é bastante clara a decisão; agora, nessa segunda parte, é como será. Isso não é para hoje, para amanhã ou depois de amanhã, não é para logo, mas tem que ser conversado de que modo vai ser feito isso. Essa é a parte judicial, o reassentamento, que está posto, colocado, é a parte judicial, agora vem a parte administrativa de como será feito.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Ela dá essa possibilidade tanto da desocupação como da regularização também?

SRA. CRISTIANE CATARINA OLIVEIRA: Ela dava antes, mas como foi feito o estudo...

SR. ANDRÉ MACHADO: Boa tarde a todos, boa tarde Ver. Marcelo, Ver. Cassiá, Ver. Alex, Ver. Bobadra e especialmente toda a comunidade. Acho importante colocar, vereador, primeiro é que a Prefeitura, a gestão municipal tem uma regra para tratar essas questões das ocupações irregulares em Porto Alegre – são mais de 800 áreas –, e a regra é regularizar. Essa é a regra, esse é o nosso movimento, esse é o nosso propósito. Isso significa que é para isso que nós trabalhamos, só que isso não é possível de realizar em 100% dos casos. Há áreas em que nós conseguimos regularizar integralmente, há áreas em que nós conseguimos regularizar parcialmente, e há áreas onde não é possível a regularização. Houve, no ano de 2021, por setembro, outubro, uma reunião do DEMHAB com moradores da região. Não sei se algum de vocês estava, a

Simone, secretária adjunta, que conduziu a reunião, ela está em férias neste momento, e naquele instante as pessoas da comunidade que fizeram contato com a Simone manifestaram o desejo prioritário da permanência no local, e a gente busca sempre atender aquilo que também é o interesse da comunidade. Como bem colocou a Dra. Juliana e a Dra. Cristiane, não foi o município de Porto Alegre que originou essa ação tentando fazer com que as famílias se retirassem daquele local, foi o Ministério Público, com uma série de compreensões pela condição não digna – a gente trabalha com direito da moradia digna –, então se entende que lá não reúne todas as condições de dignidade necessárias, como as questões que envolvem o correto abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, condução, acesso a bens públicos, enfim, tudo aquilo que está dentro desse propósito. Permitam-me aqui só fazer uma janela para parabenizar que esse tema tenha sido trazido para a Comissão de Direitos Humanos, porque para nós, do nosso ponto de vista, é muito importante encarar os processos de moradia sob essa ótica dos direitos humanos. Depois da reunião da comunidade com a Simone, tem um parecer que é dado por uma arquiteta do DEMHAB, que foi à região e estudou ponto a ponto da região, e ela aponta, pelo menos, seis condicionantes que impediram a realização da regularização fundiária naquele local. Há um traçado viário projetado que pega, sobretudo, a continuação da Rua Voluntários da Pátria e segue o que seria a Rua 604, pode ser? Rua 604, ou seja, toda aquela parte debaixo; tem uma faixa de domínio próximo a BR 290, que é uma área onde não se pode edificar. Tem uma faixa não edificada pelo valo, tem uma faixa não edificável pelo trecho da rede pluvial, e há mais uma faixa de risco geotécnico ali do talude. Se nós formos juntar tudo isso dentro do mapa e dizer: “Ah, vamos ver o que dá para regularizar.” Talvez, não sobrassem 10, 15 casas que pudessem ser regularizadas, e todo o resto precisaria sair do local. Então nos parece que a melhor condição é discutir e trabalhar com a comunidade. Se há expectativa de alguém da comunidade, neste momento, que a gente apresente um plano, ele não existe, ele é construído junto com a comunidade – essa é uma determinação que nós temos. Mas quero que vocês fiquem atentos, porque, se nós usarmos um instrumento potencialmente mais simples que nós temos para

fazer reassentamento, que é o pagamento do bônus moradia, permitir que cada um vá, busque e compre sua casa, hoje R\$ 113,4 mil e alguma é o valor do bônus moradia, só para isso nós precisaremos de R\$ 31 milhões para atender o número médio de famílias que temos naquele local. Nós não temos esse recurso. O último levantamento que nós temos – uma das condenações que nós temos é justamente refazer esse levantamento – é de 270 famílias. Eu não sei se vocês têm algum número diferente disso, maior.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Então esse número que se chega e o DEMHAB vai ter que ir lá, porque o DEMHAB está condenado a ir à Prefeitura e fazer esse levantamento, multiplique sempre por R\$ 113 mil e um pouquinho. Então, nós não temos esse recurso disponível neste momento. O que eu imagino que nós devamos e precisamos fazer, acertando com o Ministério Público e com a comunidade? Primeiro passo, fazer o cadastramento das famílias com os dados do Município, com a equipe do Município ou com a empresa contratada pelo Município, isso tem um custo que nós vamos ter que precisar orçar. Se tiver condições no orçamento deste ano, a gente faz; se não tiver, lançamos para o orçamento do ano que vem. Depois, discutir um modelo para a gente ir fazendo esse processo de alteração da área, tipo camada de cebola, entenderam? Vamos tirando o pessoal que está num canto, organizando, por quê? Se a gente for fazer pipocado dentro da comunidade, eu tenho certeza que nós não vamos conseguir vencer.

Outra possibilidade: produção habitacional. Nós estamos, neste momento, contratando, no bairro Humaitá, está em fase de contratação de projeto de engenharia, os projetos do Residencial Barcelona para atender a Associação dos Moradores de Favor e Aluguel Barcelona, que é uma reivindicação que já está há muitos anos no Orçamento Participativo. A gente tem uma previsão, se tudo der certo, fazer a contratação da empresa para obra já neste ano, e é o terreno que nós temos lá. Nós podemos buscar, lá na região ou em outros lugares, outras possibilidades, mas entendo que não são soluções rápidas.

Diante da perspectiva do governo federal de abrir financiamento para o Minha Casa, Minha Vida, nós estamos preparando todos os projetos para todos os terrenos que nós temos. Essa é a nossa luta agora contra o tempo para garantir, quando o governo federal lançar os editais, nós estarmos aptos a poder concorrer. E há uma possibilidade também de colocar essas famílias num eventual atendimento, mas eu não posso me comprometer com isso, porque nós temos não temos, sequer, o projeto contratado. Então, a possibilidade mais real que nós temos é o atendimento, através do bônus moradia. Se houver necessidade, num período de transição, o aluguel social, que eu não gosto de utilizar como solução, porque, por muitas vezes, ele se transforma em algo definitivo.

SRA. ELISA DA ROSA: Nem nós queremos.

SR. ANDRÉ MACHADO: Então, o aluguel social vale quando? Quando nós estamos construindo o condomínio, estamos na iminência de entregar para vocês e a área precisa ser desafetado, e vocês já tem aquele direito garantido. Agora, ir para o aluguel social sem ter uma certeza de um atendimento posterior, não é nosso desejo oferecer isso à comunidade. Só que para conseguir esses R\$ 30 milhões, nós vamos precisar de alguns exercícios e de muito diálogo com a comunidade para ver como a gente vai fazer isso. Então, nós diante dessa perspectiva, se não há mais recurso, está transitado em julgado, a gente vai ter que cumprir. Entra dentro de tantos outros que nós vamos ter que cumprir. E já alerta os senhores, vereadores: no dia 3 de abril, nós receberemos do serviço geológico do Brasil, do CPRM, o novo relatório de área de risco do município de Porto Alegre. Esse relatório vem muito turbinado em relação a pessoas vivendo em áreas de alto risco e muito alto risco, e nós vamos ter que fazer escolhas, a escolha de Sofia, sobre que lado nós vamos atender primeiro, se nós vamos atender às nossas condenações ou às pessoas que estão vivendo, efetivamente, em muito alto risco de vida dentro do Município. É um dilema que nós vamos compartilhar com a Câmara para juntos poder tomar uma melhor decisão para cidade de Porto Alegre, tão logo a gente tenha esses dados em mente, enfim.

Espero ter esclarecido a situação que a gente tem no momento. Agora só quero garantir à comunidade que, por parte da gestão, não haverá um movimento de retirada das pessoas de lá sem que seja precedido de muito diálogo com a comunidade. Muito obrigado.

SRA. ELISA DA ROSA: Estou tentando ajudar a vila, eu moro lá há 25 anos, e somos em torno de 340 famílias. Nós estamos fazendo um levantamento para a nossa associação e chegamos a esse número.

SR. ANDRÉ MACHADO: Independente, Elisa, do levantamento que vocês fizeram, até por força de decisão judicial, o DEMHAB também tem que fazê-lo. Então, a gente vai fazer, talvez visitar as mesmas casas que vocês visitaram, dentro dos padrões...

SRA. ELISA DA ROSA: Estamos lá à disposição. Precisando, é só chegar lá.

SR. ANDRÉ MACHADO: O.k. Está bem.

SR. JORGE FAGUNDES: Boa tarde, eu sou o Jorge Fagundes, sou Presidente da vila Santo André, represento a população. Na verdade, nós estamos fazendo um levantamento agora, há pouco tempo. O que acontece? É como a doutora falou: em 2016, nós tínhamos mocidade que estava prestes a casar, que se casaram dentro da comunidade. O levantamento que foi feito lá naquela época não é mais válido, porque aumentaram as famílias. Então, quando foi feito esse levantamento, 270 famílias, já foi feito errado, não foi feito complexo, tem mais moradores – desculpa, Dona Elisa, mas tem mais que 360 famílias –, porque as famílias foram crescendo, as famílias foram evoluindo. A vida da gente não para, a vida da gente continua, né?! Então, esse levantamento tem que ser feito. Nós vamos concluir o nosso levantamento para ver se fecha com o levantamento da empresa, seja de quem for lá fazer, para mostrar a realidade da história. Eu sou morador, eu vivo ali dentro daquela área há 42 anos, então a gente conhece cada detalhe, cada família, cada pessoa que vai ali, quem já foi lá. Sobre o

pedido de providência, se já foi batido o martelo e tem que ser cumprido, que seja cumprido de ordem humana. Que seja cumprido de ordem humana, porque ali moram seres humanos. Se existe um grande projeto para o 4º Distrito? Existe! A cidade tem que evoluir? Com certeza! Mas não devemos esquecer de um detalhe: quem é que ficou dentro dessas áreas? Quem é que marcou essa história ali dentro? Esse é o detalhe. Aluguel social, não precisa dizer para nenhum de vocês que isso aí não funciona. Isso aí... Minha filha esteve no aluguel social, aí parou dois ou três meses, onde é que ela está? Está morando junto comigo. Porque não se cumpre. E que nós vamos lutar pelos direitos, nós vamos! Porque o povo é que tem a força, é verdade! Porque na hora de votar, a gente está lá para votar. Só que o povo aprendeu a votar, o povo começou a aprender a votar, em quem votar! Mas isso não vem ao caso aqui. Então, eu peço para vocês que pensem bem, que analisem bem e que tenham sensibilidade, porque ali mora criança, mora idoso. Nós vivemos em situação de calamidade por falta do Município, o Município não deu sustentabilidade para nós, nós não temos um esgoto, nós não temos uma rua decente, não temos nada dentro da nossa comunidade. A nossa comunidade é esquecida. Uma das vilas que tem quase 50 anos. Então, por que a Santo André não? Por que ela é excluída? Então, eu peço para os senhores que estão aqui hoje que pensem bem no que fazem, porque nós vamos lutar pelos direitos. Se vocês fizeram as contas de quantas pessoas existem, e estou falando de adultos, se vocês multiplicarem 360 por três adultos, vocês vejam quanto que dá. É um número que mexe com a pessoa, né?! Então, pessoal, o nosso pedido é: se nós não temos o direito de ficar, se já está batido o martelo e vão nos retirar de lá, que seja cumprido com uma ordem humana. Eu peço que seja humana, não mais do que isso; mas que seja humana. Que nos deem o direito de moradia, realmente, e que esse direito de moradia seja dentro do 4º Distrito. Porque nós temos esse direito. Dentro do 4º Distrito. Esse é o nosso direito. Se vocês vão fazer uma locomoção de área, que nós sejamos locomovidos para dentro do 4º Distrito. Está bem, pessoal? Eu quero escutar o resto das secretarias. Obrigado pela atenção.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Isso é para vocês verem o quanto é importante a comunidade estar aqui nesta reunião de hoje. O secretário André Machado disse da importância, e os demais vereadores sempre acatando quando se trata de um tema desses, trazendo principalmente pra esta comissão, que a Comissão dos Direitos Humanos. Então, o nosso papel aqui é estar junto com vocês. E eu também quero agradecer, secretário, pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo na cidade, pelo respeito que o senhor está tendo pelas comunidades. E se colocou aqui perante a comunidade respeitando. Respeitando e colocando que ninguém vai ser destruído, que nada vai acontecer sem antes passar por vocês. Isso ficou decidido aqui, na palavra do nosso secretário. Nada irá acontecer antes de sentar e construir com vocês. A Prefeitura tem que cumprir o que está estabelecido, mas o cumprimento vai ser de uma forma, conforme o Sr. Presidente diz, uma forma humana, uma forma que respeite a comunidade. Eu acredito que só a vinda dos secretários aqui, nós fizemos questão, porque, há pouco tempo, nós estávamos caminhando lá com o secretário Marcos Felipe também lá para ver a questão da rua, a Equatorial também está sendo muito parceira com essa sensibilidade; o rei da rua, também o Alexandre aqui, a gente tem conversado, tem sido parceiro ali para gente construir junto para poder resolver. Então, todos os atores, o DMAE também, a importância do DMAE para que as coisas aconteçam, até que que sejam realocados, então, até que sejam reassentados, tem que dar uma estrutura, tem que dar uma qualidade para aquela comunidade. Então, é nesse sentido que a gente está aqui para que a gente possa fazer com que as coisas aconteçam, que vocês possam ter a certeza que vocês vão ter dignidade para poder viver naquela situação. Secretário, por favor.

SR. ANDRÉ MACHADO: Permita só fazer um esclarecimento, primeiro, quero deixar bem claro o que falei para que não haja nenhuma dúvida em relação à comunidade. Eu não estou propondo a oferta do aluguel social; o aluguel social é um benefício que existe para, quando houver uma remoção determinada e a perspectiva real da aquisição de um imóvel, de um bem, da construção daquele bem para onde a família vá se colocar. Nós, e eu sou responsável pelo DEMHAB

a partir do dia 1º de janeiro 2021, nós pegamos vários aluguéis concedidos lá dentro antes de nós e que não tinham esse atendimento previsto. Estamos atendendo, pouco a pouco, como é o caso das famílias da vila Liberdade, naquela região, onde nós temos mais de 400 cadastrados e já pagamos 54 bônus-moradia, ou seja, nós estamos tirando as pessoas do aluguel social, que ficaram por 10 anos, e garantindo agora a elas o direito de moradia. E outra explicação, para que fique claro para as pessoas, o outro benefício a que me referi, que é o bônus-moradia, é um benefício que recentemente foi inclusive alterada pela Câmara a possibilidade de ele fazer parte da política habitacional do Município de Porto Alegre. O Município, em vez de aportar o recurso para a construção de uma unidade, ele permite que a família busque livremente o imóvel onde ela quiser, onde ela encontrar o imóvel por até aquele valor de R\$ 113.400,00, é a parte que o Município paga, se a família quiser pagar mais algum valor e comprar um imóvel de maior valor, ele é aceito. O teto que nós pagamos é esse, e nós não pagamos diretamente à família, nós pagamos ao vendedor, ou seja, a quem está vendendo o imóvel, e entregamos o título registrado, no registro de imóveis para o novo proprietário. E também, com o apoio da Câmara, nós conseguimos fazer com que fosse possível agrupar os bônus, ou seja, pais e filhos, que têm direito, cada um, ao seu bônus, podem agrupar e comprar uma outra propriedade conjunta de maior valor, garantido a utilização desse bônus. Só que nós temos a limitação orçamentária diante do recurso, e o número exato de famílias, isso é importante fique claro, Jorge, Elias e toda a comunidade, o número de famílias a ser atendido, cumprindo a determinação judicial, é o número de famílias que constar do levantamento a ser feito pelo Município de Porto Alegre, que é o que é terminado pela legislação. E, como disse no início, *pari passu*, nós vamos andar junto com a comunidade. Não é um trabalho para ser feito pelo Município sem que a comunidade nos acompanhe através dos fóruns instituídos, da associação, do Orçamento Participativo da região e de outros meios de controle social. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Sr. Dilton Martins, nosso amigo da SMSUrb, está com a palavra.

SR. DILTON MARTINS: Obrigado, vereador, demais vereadores, comunidade, representando o secretário Marcos Felipe, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, venho aqui informar, depois daquela caminhada que nós tivemos lá na comunidade, e, a pedido do secretário Márcio, informar que muitas comunidades que ainda não estão regularizadas a gente se impede de fazer os serviços necessários ali, por exemplo, um patrolamento, uma colocação de saibro, uma qualidade melhor para os moradores. Porém o nosso prefeito Sebastião Melo coloca sempre a questão humana, sempre a questão da dignidade do cidadão. Então, ele nos autoriza, sempre em contato com o secretário Marcos, pede quando é possível, a gente poder fazer esses serviços em algumas comunidades que já estão, há uma quantidade grande de anos, na região, e a gente consegue fazer algum serviço, que é o caso lá da Santo André. A gente, em outras gestões, infelizmente, não era possível de se fazer com mais frequência; nesta gestão a gente tem ido com mais frequência, tem colocado o saibro, material mais qualificado para aquela situação. Temos colocado também a questão da iluminação LED, já foi instalado ali, Jorge, então, a secretaria tem atendido, dentro das possibilidades legais, a todas as comunidades, e a Santo André está incluída.

O Alexandre vai falar depois da questão do DMLU, da limpeza, mas a gente fica sempre à disposição de atendimento ali das necessidades da comunidade. Infelizmente, questões mais de colocação de material asfáltico depende da questão de drenagem que o DMAE precisa de projeto, mas, infelizmente, as questões legais não nos permitem avançar.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só fazer uma colocação que o secretário Marcos Felipe, quando caminhou comigo lá, inclusive, ele até viu o espaço para colocar a pracinha lá. Eu não sei se ele chegou a comentar da pracinha e da forma que seria feita novamente a questão da rua ali, porque só foi sendo colocado o material e teria que passar agora uma retro ali para poder rebaixar o nível, porque só estão colocando o material, então, está ficando alto, chove, cai para as casas laterais. Agora o secretário prontamente disse que é o que será feito. É importante, porque aquele material do frisado, nós estamos

também buscando, através do Trensurb, uma doação do cascalho, que eles colocaram à disposição também para poder fazer uma doação daquele cascalho que tem no Trensurb. Como é de fácil acesso também, o trem é ali ao lado, onde fica esse material, também está dando a possibilidade. Como passa muito caminhão pesado ali, o material, muitas vezes, que colocam um simples saibro, ele não firma, ele é buraco e tem um fluxo muito grande de pessoas idosas, cadeirantes, de crianças que vão para escola. Quando for feito, teria que ser feito de uma forma bem resistente, até para poder... as ruas de cima são mais tranquilas, pois não passa tanto caminhão pesado, mas a rua A, no caso, que é a primeira, é que mais precisa de uma atenção.

SR. DILTON MARTINS: Então, a gente vai marcar o retorno para fazer essa vistoria junto com a Eng.^a Andrea, é ela que é da civil norte, fazer essa avaliação, e a questão da praça ali, que foi tratada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Da praça foi uma contrapartida com uma questão daquela fiscal, aí o secretário disse que seria feito ali a praça. Tranquilo, a gente combina isso aí.

O Sr. Alexandre Friedrich dos Santos está com a palavra.

SR. ALEXANDRE FRIEDRICH DOS SANTOS: Boa tarde a todos, vereadores e comunidade. O que foi relatado naquela visita? Que estávamos com problema de coleta, principalmente nos galpões, que o rejeito deles não teria um acerto com a coleta para deixar... O César, que trabalha comigo na coleta domiciliar, esteve há 15 dias lá, acertou com os galpões, visitou, e a coleta está regularizada lá dentro dos galpões. Acertaram um local para deixar direitinho ensacado, e o caminhão hoje foi fazer a coleta, quinta-feira também, tem fotos, registro, então a coleta está regularizada, da nossa parte. O bota-fora foi feito dia 4 de janeiro, e nos colocamos à disposição, como falei par o Jorge, a hora que precisar de alguma coisa, é só nos ligar que vamos atender da melhor forma possível.

A questão do ônibus da saúde, que não tinha acesso, eu coloquei a retro para fazer uma terraplanagem lá, e foi feito. Então, estamos à disposição para acertar e não deixar ter espaçamento do serviço do DMLU. Da nossa parte é isso aí.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Boa tarde, meu nome é Vanessa, nós estamos tendo problemas com o DMLU, porque o caminhão não tem entrado nos becos, hoje foi um dia, a minha cunhada esteve lá pedindo para eles, dizendo que tinha mais material reciclável. O caminhão não entra no beco, sendo que entram caminhões grandes de concreto. O problema das ruas mesmo, eles estão só aterrando, a água da chuva entra para dentro das casas, o esgoto invade as casas também. O beco F, hoje pela manhã estiveram lá, foram só até a parte da minha casa e o restante não foram. Somente olharam e disseram que estava bom e se mandaram. O caminhão não chegou a entrar. Também temos problemas com o esgoto. A gente já pediu para botar, não tem como botar. A gente pediu a tubulação, ninguém doou e o esgoto está entrando nas casas. Disseram que não podiam colocar. Nós mesmos colocamos. Na rua que tem lá no beco F, o esgoto corria no meio da rua. A minha mãe fez um levantamento de dinheiro lá, conseguiu pagar uma máquina e foi feito o esgoto com pneus, porque a Prefeitura não ajudou em nada. O DMLU esteve lá, só cortou um matinho por cima e nem sequer desentupiu os valos também. Isso que a gente pediu. E disseram que não podiam tirar aquele material. A gente pede ajuda, quem é que pode tirar esse material? Ninguém ajuda para tirar.

Então, é desumano o que está acontecendo com a Santo André. O povo só chega e olha por cima e não faz nada. Claro que o povo quer melhor de vida, mas com o salário mínimo e o pouco que recebe, e pouca ajuda da Prefeitura... ninguém ajuda. É desumano o que está acontecendo coma Santo André, é um descaso, e a Santo André pede ajuda. Já que não vão poder realocar agora, pelo menos melhorar as condições de vida, principalmente para as crianças. Tivemos muitas doenças, leptospirose, dengue, e aí, quem esteve lá para ajudar a gente? Nós estamos esperando ajuda até hoje. Estamos enfrentando ainda. Tem crianças lá em que casa está caindo dentro do valo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só para constar também que o prefeito esteve lá e há duas casas que estão, praticamente, dentro de um valo. Até mandaram os vídeos da quantidade de mosquitos, a criança praticamente toda picada e também o risco de a casa cair dentro do valo.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Está caindo dentro do valo. A Defesa Civil esteve lá e disse que não tinha problema, por que eles não ficaram lá dentro para ver? A água do esgoto está subindo...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Seria importante uma nova avaliação, até no dia em que essa avaliação for feita, eu gostaria de também participar junto.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: A Daniela estava junto. Não lembro o sobrenome dela.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A subprefeita?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Isso aí, estava junto. E ela viu e disse que não tinha problema. Então, por que ela não ficou na casa para ver se tinha problema ou não?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E a pessoa...

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Ela esteve com Defesa Civil lá.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E essas pessoas, se tiverem a possibilidade de saírem da casa, elas saem?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Ela disse assim: “Eu boto a minha casa abaixo se eles doarem os canos, depois eu dou um jeito de montar.” Todo mundo

se responsabilizou em ajudar ela, mas ela está esperando até agora e a casa está caindo por cima dela e do filho dela.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O DMAE está aqui?

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Boa tarde à Mesa e a todos, eu sou a Airana, sou gerente de planejamento do DMAE. Conheço a vila Santo André há bastante tempo, e, há um tempo, instalamos o Consumo Responsável, que foi o abastecimento de água nas áreas que ainda não estão regularizadas. A gente tinha esse programa, foi disponibilizado ali na época, e é o que atende vocês até o momento. A questão do esgoto e do pluvial, que agora também faz parte do DMAE – o pluvial antes era separado, era do DEP, agora está com o DMAE –, para a gente fazer um projeto ali, para executar, seria também um valor muito caro, e o projeto do esgoto e da drenagem tem que vir junto com a pavimentação. Então, em áreas que a gente vai regularizar e que têm condições de regularização, a gente teria que elaborar esse projeto, tanto do alargamento viário, para que as ruas tivessem uma largura adequada, para poder colocar. Não é o caso aqui, como a gente viu, que teve essa reunião na CTARF, inclusive a gente participou também, o DMAE participa da reunião da comissão de regularização, e foram apontados ali tudo que seria necessário para resolver. Vocês estão numa cota muito baixa, o esgoto teria que sair por gravidade, não tem como escoar. Então, seriam obras muito onerosas para executar e elas teriam que ser feita junto com a pavimentação. No caso, nós não temos esse caminho no momento, porque, conforme foi dito, a opção seria de reassentá-los. O que a gente pode fazer ali é alguma coisa paliativa também, alguma limpeza no valo... Tem aqui o meu colega Ícaro, que também conhece a região e já fez vários serviços, é o que a gente consegue fazer nesse momento para dar uma condição melhor, mas fazer um projeto e instalar, nós não temos como, até porque para encaminhar isso precisa ser numa área que está para ser regularizada. A gente não tem como justificar esse orçamento para uma coisa que daqui a pouco vai sair. O que a gente poderia fazer, no caso do esgoto e da drenagem, seriam ações paliativas, que eu acho que já estão sendo feitas lá alguma coisa, mas

poderemos talvez ampliar essa saída e algumas soluções lá. Acho que seria isso no momento. Obrigado.

SR. JORGE FAGUNDES: Eu faço a seguinte pergunta: a senhora diz que não tem um escoamento de esgoto, certo? Para onde vai o esgoto da Usiminas?

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: O esgoto da Usiminas é tratado ali no local, nós não temos rede que chegue até a Usiminas, a nossa rede chega... Até eu tenho aqui o cadastro, mas ela não chega até a Usiminas. Então, o que acontece? Na cidade nós temos vários locais que nós ainda não temos rede, e principalmente redes interligadas ao sistema de tratamento. Nesses locais, qualquer novo empreendimento, qualquer empresa ou qualquer moradia que passe por uma tramitação no DMAE, é solicitado o tratamento local, que seria o caso ali para vocês, talvez, se vocês fossem permanecer, mas eu também sei que ali vocês não têm quase espaço para botar uma fossa em cada terreno, ou se tivesse um local que pudesse fazer um tratamento coletivo. Então essa que é a questão, a Usiminas não tem rede do DMAE ali que atenda. Ela está próxima, mais no Humaitá, mas onde não tem, a gente exige que faça o tratamento localizado. Essa é a situação em vários locais.

SR. JORGE FAGUNDES: É, mas ali passa o esgoto da Usiminas, seja ele clandestino, seja ele da forma que for, mas ele passa ali dentro da vila. Se é privado, não é DAER, vereador, é dele, então não é. Então, se a possibilidade do esgoto da Usiminas passar ali, por que o nosso não pode ser interligado e nós termos uma rede de esgoto? Por qual motivo?

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: O que eu coloquei é que a área de vocês ali está numa cota baixa, numa cota de três, quatro o nível de altura do terreno de vocês. A rede mais próxima que eu tenho, seria ali na Av. José Aloísio Filho, um pouquinho para lá da Av. Jaques Machado – até tenho cadastro aqui. Ali na Usiminas eu não tenho nada no nosso cadastro, não tem redes do DMAE ali; poderia ser feito, então, talvez, um contato com a Usiminas para ver se

poderia, vamos dizer, receber esse esgoto de vocês. Eu desconheço, mas estamos abertos até a verificar.

SRA. ELISA DA ROSA: A situação é a seguinte: quem está recebendo esgoto da Usiminas somos nós, moradores; não é sobre nós recebermos o dela. O esgoto da Usiminas é a céu aberto, dentro da vila Santo André. Quando entope muito, Usiminas bota máquinas ali; vem ali, limpam. Eles fazem alguma coisa, enchem de máquinas e continua ali; é muito pelo contrário, eles que estão largando, a vida toda, eu moro ali há 25 anos, dentro da nossa vila. Por isso que tem esse valão. Aí, quando enche, eu imagino que volte para firma, alguma coisa do tipo, eles botam máquina lá – a vida toda foi assim. E limpam lá, abrem aquele valão, aí começa a escoar a água. É muito pelo contrário.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Na verdade, os arroios recebem, em alguns locais, o esgoto tratado, previamente tratado. Mas essa é uma informação importante que tu trazes; então, acho que a gente pode fazer uma verificação lá para ver como é que está esse tratamento deles, onde eles estão destinando; talvez até definir um outro ponto de lançamento para eles. Isso pode ser feito. Até é importante essa informação que tu trouxeste.

SRA. ELISA DA ROSA: Aí, esse esgoto deles enchendo é no nosso valão, da vila, que foi aberto, desembocando junto. Esse valor não tem ali desde que eu vim, puro óleo, já estava ali. A vida toda foi assim, e ninguém enxergou. Entra Governo, sai governo, e o valão continua lá. Eles largam tudo lá dentro.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Com certeza, o pessoal vai estar verificando essa questão nessa visita aí.

SR. ÍCARO SEZIMBRA DOS SANTOS: Boa tarde a todos, vereadores, secretários e comunidade, sou representante da Distrital Norte do DMAE, responsável pela manutenção e conservação das redes existentes. Então, quanto a essa questão de esgoto, a gente tem um programa, chamado Esgoto

Certo, que verifica, desde o esgoto de uma casa, se está regular ou irregular, até o da Usiminas, no caso. Então, será encaminhado para o Programa Esgoto Certo verificar se o esgoto da Usiminas está de acordo com critérios de projeto deles ou se, de fato, estão cometendo algum crime ambiental – podem ser acionados os demais órgãos ambientais. Essa questão vai ser verificada através do Esgoto Certo. Dentro da vila Santo André, temos a rede de água, através do Programa Consumo Responsável para o qual a gente dá manutenção, mediante uma solicitação, caso tenha algum vazamento na rede. Não temos infraestrutura de esgoto, cloacal e pluvial; o que existe ali é o valão dentro da vila. Em outubro ou novembro fizemos uma ação, uma tentativa de limpeza no valão, só que conseguimos acessar somente dois pontos dele, um no início, na Rua 3 e outro na Rua 5, onde tem uma travessia. Ali conseguimos fazer uma limpeza pontual, não o suficiente para funcionamento do valão, porque, no decorrer do valão, em todo o trecho dele, a gente tem dificuldade de acesso, devido às moradias existentes na faixa não edificável, o que impede o acesso de máquinas para alguma limpeza pontual ou maior. Então, para fazer alguma ação de melhoria nesse valão, a gente precisaria de acesso para as máquinas. Tendo acesso para uma retroescavadeira e uma caçamba, conseguimos fazer a limpeza e manutenção em determinados pontos, para tentar melhorar, de alguma forma, o escoamento dele. Essas são as ações que é possível que se fazer pelo DEMAÉ.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ÍCARO SEZIMBRA DOS SANTOS: Seria o acesso para máquina entrar. Nessa Rua 3, estive lá no dia, conversei com os moradores da casa, que até desmancharam um pórtico de entrada para facilitar o acesso. Era o beco F. Então, ali a gente conseguiu fazer; dá para fazer uma vistoria, combinar alguns pontos de acesso, em que é importante fazer a limpeza, verificar se tem acesso. O morador tem que desmanchar, de repente, alguma peça ou só retirar algum portão, que a retro.. Só para ter espaço para retro passar e para uma caçamba chegar para poder recolher o material posteriormente.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: A gente teve um problema com o DMAE, não estavam chegando as cartinhas do pagamento. A gente não estava recebendo as cartinhas, não recebemos até hoje, parou de vir. A gente foi ao DMAE, e nos disseram que era social e não tinha problema nenhum.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Por conta da pandemia foi parada a cobrança por um tempo; agora, acho que vai retomar, mas foi por conta da pandemia que as tarifas sociais do DMAE não estavam sendo cobradas. Então, vocês não vão pagar essa parte; agora, em seguida, deve retomar.

SR. JORGE FAGUNDES: Uma curiosidade: o DMAE é uma empresa, correto? Ele está vendendo um material, correto? Ele tem que dar o destino certo, estou errado? E o destino certo não é o esgoto? A gente vai tomar água, a gente vai usar um banheiro, vai lavar uma roupa, e cadê o escoamento? Se vocês vão cobrar, vocês devem cobrar pelo trabalho completo, ou vocês cobram só parcialmente? Teria que ter o esgoto! Como o caso da Usiminas, a senhora disse para mim que ali não tem saída, não tem a saída desse esgoto. Então, quer dizer que há 42 anos a Usiminas larga o esgoto dela ali, e a própria terra consome? Eu acho que vocês deveriam olhar melhor isso, porque está errada essa sua informação, a senhora deveria ir lá, não sei se a senhora conhece, mas a senhora deveria ir lá e conhecer a área, porque olhar no papel é uma coisa, olhar a realidade é outra. Então vocês deveriam ir lá olhar, fiscalizar, porque, gente, hoje nós estamos lutando pela saúde do planeta. E aí, o que vocês me falam? Saúde do planeta, esgoto a céu aberto? Estamos falando de uma empresa de alto nível que está largando esgoto, e nós somos moradores ali, não temos nada, estamos lutando pelo direito ao esgoto, sendo que empresas estão com esgoto a céu aberto largando dentro da nossa vila. E cadê a providência? Cadê o órgão competente que faz esse trabalho dentro da nossa vila e cadê a providência? Cadê o órgão competente que faz esse trabalho? Quem é que fiscaliza isso? E sobre cobrança de água, beleza, eu sou uma das pessoas que têm água e luz em dia dentro da vila, eu sou, posso até provar para vocês. Poderia exigir essa cobrança? Poderia, porque quem vende tem que dar o direito do resto. Mas não

é esse o caso, nós estamos lutando aqui por um direito à moradia, por um direito ao ser humano. Eu também penso dessa forma, sou reciclador, com orgulho, eu luto por isso, eu luto por isso, porque, se tem que dar saúde ao planeta, quem são as pessoas que têm que dar aula para nós? Nós somos julgados como gente do mais baixo nível, não temos direito a estudo, não temos direito a nada, e vocês, que têm direito a estudo, deveriam responder para nós isto: por que uma empresa de grande porte pode largar o esgoto dela dentro de uma vila? E nós, que somos moradores dali, temos que receber isso e ficar quietos, viver no meio do lodo, viver no meio de sei lá quantas contaminações que aquela empresa larga. E isso não é fiscalizado. Então, gente, é que nem eu disse há pouco tempo, nós somos seres humanos, nós não somos bichos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Bom, quero dizer que nós estamos falando em paliativos, ou seja, eu tenho todas as secretarias aqui, cada uma faz uma coisa, mas, na realidade, nenhuma vai resolver. O reassentamento é o caminho que foi traçado aqui, e o secretário André disse que isso, por enquanto, não tem previsão, não tem orçamento; mas as secretarias que eu vi aqui estão lá ajudando no paliativo, ou seja, o que vocês querem, eu estou sentindo aqui... Até para não acontecer o que aconteceu semana retrasada aqui, que vieram uns índios aqui, com todo o seu direito, lutando por uma área no Morro Santana; esta semana – o presidente não tinha visto, mas eu vi no jornal – houve o pedido de desocupação, reintegração de posse da *Maisonnave*, se não me engano. Então, quando a justiça se mete, Jorge, é isso que nós estamos vendo aqui, mas esse é o dever da justiça, e é o dever da PGM defender para o lado do Município. Mas, pelo que eu entendi aqui, não tem outra saída, é o reassentamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Exato, mas isso – me permita concluir – não quer dizer que os órgãos da Prefeitura, como tu estás suscitando aqui, nós estamos vendo, não possam fazer a coisa bem feita lá enquanto não for resolvida essa questão. Então eu solicito aos departamentos que façam, porque são, como

tu disseste, cidadãos que estão nessa circunstância, mas amanhã pode estar numa melhor, resolvendo. Então lá são famílias. O que eu pergunto aqui ao secretário André, para que nós possamos encaminhar, é: o que, na realidade, pode acontecer e qual é o caminho que nós devemos traçar de agora em diante? Mas isso não invalida que os órgãos do Município possam fazer um bom trabalho lá enquanto não for resolvida essa questão. Está aqui a Equatorial, que coloca a luz; quer dizer, no fim, se descobriu depois, a Prefeitura foi até penalizada, e hoje ela é obrigada a fazer uma coisa em uma área que não é do Município, numa linguagem bem simples. Essa é a realidade, nós temos que ver, e tem milhares de pessoas em Porto Alegre que não têm casa própria, estão buscando. Então é um caminho, nós temos que sair daqui com algumas ideias. A primeira que eu penso, como vereador – e fui secretário de obras –, é que os órgãos do Município devem dar todo o respaldo para esse pessoal, até decidir o que vai fazer. Isso é o mínimo que eles estão pedindo, e essa retaguarda de vocês, porque, sem isso – eu não conheço lá, gostaria até de conhecer –, eu imagino que, numa circunstância de chuvas, a coisa vira um drama para vocês, é o que a gente nota aí pela cidade. Então o que eu suscito – eu aqui já fui presidente duas vezes desta comissão, o Marcelo está começando aqui conosco, a gente tem ajudado, ele é um jovem promissor – é que a gente tem que usar a nossa experiência, até porque a gente passou em várias atividades, e, naturalmente, eu entendo que é o mínimo, Jorge. Nós nos colocamos à disposição aqui neste momento transitório de vocês, até decidirem o que vocês vão fazer, se o reassentamento vai ser aqui, acolá, e tu já citaste que fiquem na região, eu acho justo, é o mínimo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Exatamente, compreendemos. Então eu preciso que nós possamos agilizar mais a reunião, ir para as finalidades. Volto, peço ao André que faça um panorama o mais realista possível dentro da realidade desse pessoal de lá, para que a gente possa... O teu comando, nesse sentido...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...teu comando, nesse sentido que ainda não resolveu a outra parte mais dramática para eles, ao menos tenham condições boas através de um comando de um grupo de trabalho com as outras secretarias.

SR. ANDRÉ MACHADO: Vereador e toda a comunidade da Santo André que está aqui, acho que está muito claro, pela fala do Dilton, da Airana, do Ícaro, que a Prefeitura não abandonou e não pretende abandonar a Santo André. Nós temos uma decisão judicial a cumprir, e enquanto nós não conseguirmos executar o cumprimento dessa decisão judicial, a Prefeitura seguirá levando à comunidade os seus serviços. Há, no entanto, pelo impedimento da regularização, alguns serviços que não podem ser instalados porque o Município seria depois condenado em outra ação, como é o caso da instalação de esgotos, que é um direito de todas as pessoas que estão lá. Deixo isso bem claro: é um direito, mas a área não pode ser regularizada e depois alguém cobrará desta gestão, judicialmente, o fato de ter colocado esgoto numa área que não pode ser regularizada. O nosso passo, vereador, é tentar fazer isso tudo no período mais célere possível, e a nossa grande dificuldade é recurso financeiro para poder atender tudo isso. Se nós conseguirmos construir um modelo híbrido, construir partes de casa, pagar Bônus Moradia para outros, para que as pessoas possam ir para onde quiserem, ficar no 4º Distrito ou para onde for possível, dentro da sua necessidade e desejo, que isso possa ser feito. Se nós usarmos o instrumento do Bônus Moradia e forem 400 a ser pago, eu não preciso ser corretor imobiliário para saber que não há 400 imóveis disponíveis para compra, regularizados, dentro do 4º Distrito. Não se conseguirá, todas as famílias não conseguirão. Permitam-me colocar, Elisa, Jorge, Vanessa, a vocês todos aqui da comunidade, um pedido: os registros da Prefeitura dão conta que tinha 270 famílias no momento da primeira condenação do processo. Se hoje tem 340 ou 400, nós temos um adensamento da região. Então eu peço a vocês, justamente para que nós possamos atender e programar, que cuidem muito para que a região não se adense ainda mais. Nós vamos buscar fazer nos próximos meses, eu vou buscar orçamento para isso, vereador, o levantamento cadastral. Essa é

a primeira etapa que o DEMHAB precisa fazer. Uma vez com o levantamento na mão, nós iniciamos com a comunidade a discussão de como nós vamos organizar o processo. Quero retirar uma palavra que o Jorge colocou: despejo. Não é despejo! Despejo é se não houvesse o atendimento habitacional. Trata-se de reassentamento, ou seja, é chave por chave: alguém sai da casa e vai receber o atendimento seja pelo Bônus Moradia, seja por produção habitacional, seja por outra solução que a gente encontrar. Então reforço que fica claro que o Município não abandonará os serviços que são prestados aquela comunidade e que nós, infelizmente – digo com todas as letras aqui, infelizmente –, não podemos regularizar vocês no local porque a Justiça nos impede nesse momento, com uma decisão transitada em julgado, não é, Dra. Cristiane, não há um outro encaminhamento que possa ser diferente desse. Então o que eu garanto a vocês é que vocês vão participar de cada etapa do processo para que a gente construa junto uma solução.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde. Eu fico bastante desconfortável e incomodado: o Ver. André Machado disse que não tem recursos na sua secretaria para implementar toda necessidade que o povo de Porto Alegre precisa. Nós temos muitas áreas com ocupação irregular que precisam de regularização fundiária. Eu percebo também os esforços do ex-vereador João Carlos Nedel, que bate de porta em porta nos gabinetes pedindo recursos na época das emendas impositivas, a gente é parceiro nessa, vou destinar alguns recursos também, colaborar nesse processo. Mas eu conheço ali a região do 4º Distrito, dei aula por 13 anos num colégio, e a gente consegue perceber a enorme quantidade de imóveis vazios. Será que os proprietários, os ex-proprietários que estão deixando aqueles espaços ociosos estão pagando os seus impostos? Estão pagando IPTU? Tu tens uma fábrica que há muito tempo fechou, um espaço ocioso, aquilo ali são recursos do Município que estão parados, estão na mão da especulação: as pessoas estão querendo que aquele espaço seja valorizado para poder vender mais caro. E outra, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre proíbe perdão e pactuamento das dívidas de imóveis atrasados e da taxa de lixo, porém existe interesse nesses espaços, os espaços

que poderiam receber moradias populares de devedores de anos e anos da Prefeitura de Porto Alegre. O problema é que está em pauta de votação, e provavelmente vai à votação amanhã um projeto de lei do Executivo que perdoa essas dívidas, que coloca o inciso na Lei Orgânica que permite o perdão de dívida para imóvel que tem débito com a Prefeitura e que deve taxa de lixo. Esse projeto é encomendado, esse projeto tem assinatura junto não apenas do prefeito Sebastião Melo, mas também das construtoras, que, tudo bem, giram a economia de Porto Alegre, mas também especulam, atuam para mudar o plano diretor ou as regras para elevar índices de construção e valorizar os imóveis na canetada. Isso acontece aqui o tempo inteiro. Então quando a gente diz que não tem dinheiro, infelizmente os recursos que são destinados do Tesouro para atividades como da secretaria, do secretário André Machado, são escassos, porque a Prefeitura abre mão de dinheiro para a construção civil. Isso me deixa extremamente indignado, por quê? Porque existem necessidades na nossa população, e quem mais precisa da Prefeitura é quem menos é atendido, como vocês. Então deixo o registro aqui da minha grande indignação; é pouco dinheiro que tem para as secretarias, principalmente para as secretarias que atendem as necessidades mais básicas da população. E a gente tem uma ameaça grande, e essa ameaça não é invenção da minha cabeça, eu sou integrante de um partido que compõe o bloco de oposição ao governo Melo – não é invenção minha –, porque o prefeito disse que uma das suas prioridades é sim conceder o DMAE, e aí esquece tarifa social de água. Vocês serão tratados como clientes. Quem não conseguir pagar, por pandemia, por qualquer coisa, vai ter sua água cortada! Esgoto não dá dinheiro, e o que não dá dinheiro é negado à população, infelizmente. O DMAE faz esforços para garantir o mínimo, abre canal de comunicação, se dispõe a tentar ajeitar, drenar as valas, fazer fiscalização numa empresa que talvez, em todos esses anos de exploração e de atuação, tenha feito um dimensionamento do seu sistema de tratamento próprio que, talvez com passar do tempo, tenha excedido a sua capacidade projetada inicialmente. E isso cabe à fiscalização do Município de Porto Alegre; agora, uma empresa privada vai ter esse tipo de atuação? Uma atuação voltada aos interesses da comunidade? Acho brabo. Obrigado, Presidente. Força na luta, pessoal.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Bom, eu acho que tivemos vários encaminhamentos, acho que foi muito importante a vinda da comunidade aqui, conseguiram entender. Agradeço a presença do Rodrigo Abrahão, representando a Equatorial. Com a palavra o Rodrigo Abrahão.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Boa tarde, primeiramente cumprimentar a mesa, a comunidade, a gente se coloca à disposição para sanar qualquer dúvida que a comunidade tenha. O que a gente pode colocar de início é que estão sendo feitas as regularizações ali na comunidade, desde 2014 foram feitas as regularizações. Porém, para o segundo semestre está previsto o que a gente chama de retrofit que seria um retorno com a rede blindada, no caso se exista ainda uma residência que está em irregular, ela vai ter a oportunidade de buscar a regularização, porque se não for dessa forma haverá o desligamento da luz. Então a partir da obra que deve ser feita no segundo semestre toda a comunidade teria que, obrigatoriamente ter a luz regularizada.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: É assim: quando foi regularizada a luz, foi com a antiga CEEE. A Prefeitura se responsabilizou em pagar as primeiras contas – isso não aconteceu –, foi a comunidade; começou a vir conta de R\$ 170 R\$ 300 R\$ 1 mil, nós temos os comprovantes. Então não teve como a comunidade pagar. Vai pagar R\$ 1 mil numa luz? Nós estávamos em processo, com a CEEE, desde 2010, pela Defensoria Pública. Agora vamos ter uma reunião para ver isso de novo. Estão chegando notificações da Equatorial para moradores no valor de R\$ 15 mil. Como que vamos pagar isso aí? A gente já tentou entrar em contato com o pessoal da Equatorial, para fazermos uma reunião para ver como é que vai ficar a situação. Nós pagamos o poste, nós estávamos pagando a luz, mas ficou inviável pagar, estava um valor muito alto, um absurdo para uma comunidade carente, que nem esgoto tem. E agora como é que vocês vão fazer? Vão regularizar? E o que ficou para trás? Tem gente que está com nome no SPC; se tem algum bem ali, um carro, alguma coisa, vai perder?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A gente precisa analisar caso a caso...

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: A gente entrou com a ação, toda a comunidade, contra a CEEE.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Mas não são todas as residências que têm essa cobrança elevada desses valores.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Quem paga a luz ali são uns três ou cinco, porque o resto ficou inviável de pagar. Não teve como, eram valores absurdos, R\$ 500 R\$ 600 R\$ 1 mil; a gente tem as contas guardadas. Como é que vamos pagar R\$ 1 mil?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A conta do mês está em R\$ 1 mil?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Vários meses veio R\$ 1 mil. No caso da minha casa, eu não tinha nem a casa, eu estava construindo e continuava vindo a luz.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Mil reais é um valor bastante elevado, é de se concordar. Porém, tem que ver o motivo que está gerando esse consumo.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Mas não tínhamos nenhum outro problema; tínhamos o poste, o relógio ali e ele continuava mandando contando, se não tinha nenhuma casa...

SR. RODRIGO ABRAHÃO: O que eu quero dizer é que no primeiro mês que veio esse valor, assim surpreendente, um valor exorbitante, o morador deve procurar a companhia para verificar o possível motivo desse valor.

SR. JORGE FAGUNDES: Na verdade, o que teria que ter, é o mesmo caso da água. Quem vende a luz, tem que dar assistência. Como é que um morador que

mora em uma vila que é constatado, constatado como indigente, não sabe ler, não sabe escrever, não sabe nada, ele vai fazer a ligação de luz dele? Esse teria que ser um serviço, e quem teria que prestar isso aí seria a própria empresa que faz o ligamento da luz, porque ela não liga um relógio se não tiver bem apta essa luz, se não tiver faltando isso, faltando aquilo... Então deveria existir, dentro dessa Equatorial aí, é uma ideia, já que vocês compraram isso, compraram com as dívidas. Então seria uma das opções para ajudar a classe vulnerável, a classe pobre, miserável, era vocês chegar e organizar como seria feita essa ligação dentro de casa, para que não se tivesse esse alto consumo. Isso aí gera o quê? Isso aí gera lucros de ambas as partes, e a classe mais vulnerável ter direito ao mínimo que ela necessita. Então seria muito interessante isso, mas isso eu sei que não fazem, mas seria interessante né, porque a classe pobre não tem como pagar um eletricitista. Quanto é que custa um eletricitista hoje? Vocês, da Equatorial, vocês têm vários. Quanto que é o salário de um eletricitista? Então eu quero que vocês entendam que, para nós, se nós temos essa conta, de repente as nossas ligações dentro de casa não estão corretas; pode estar se gerando um alto consumo. Isso aí seria obrigação também de quem vende essa matéria; ou tentar ajudar, ou tentar dar uma forma: “Oh, tem que ser ligado assim, para não dar um alto consumo...” Não, lá se liga e veio a conta da luz veio, se não vem nós cortamos.

SRA. ELISA DA ROSA: Olha só, eu participei de toda a negociação, eu fui uma das moradoras, e eu estou há 25 anos ali, botava fogo e trancava a rua por causa de tudo aquilo ali. Vi todos os incêndios que aconteceram ali, e se tu compraste, me desculpa, eu não sei falar mesmo, não estudei, não sei falar, mas tu compraste com os problemas juntos, e não foi cumprido da parte da CEEE, porque eles prometeram para nós que eles iam trabalhar os primeiros seis meses dentro da Vila. No dia da inauguração eu fiz o pedido lá da minha casa, até hoje ninguém compareceu. Outra, quando foi feito os gatos, os próprios funcionários da CEEE, eu paguei, todos, a maioria dos moradores pagou, quem não sabia mexer. Eu paguei para o funcionário deixar a minha luz ligada, porque eu tenho criança, meu marido estava trabalhando, e eu não podia ficar no escuro.

Aconteceu tudo isso lá dentro. Outra, a Prefeitura não pagou a luz de ninguém, porque eu paguei os sete primeiros meses. No sétimo ainda consegui, quase R\$ 200; no oitavo eu não consegui pagar mais. Então, se nós não cumprimos, a Prefeitura também não cumpriu, a CEEE também não cumpriu, ninguém cumpriu nada; não foi cumprido nada que foi prometido. Se nós estamos errados, a parte de vocês também está.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: O Ver. Cassiá lembrou da opção também da tarifa social...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): É isso que eu gostaria, Rodrigo, que tu desse a explicação para a comunidade, dessa possibilidade que tem, que é importante, até nós conversamos aquele dia na visita que eu fiz lá, até de fazer um passo a passo né.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Sim; para quem tem o Cartão Cidadão, que tem o número do NIS, pode comparecer a uma agência da CEEE Equatorial para fazer o cadastro, para poder ter direito à tarifa social; ela reduz bastante o valor da fatura, e há interesse também da companhia de fazer esse cadastro. Então é um ganha-ganha, importante isso poder ser divulgado, porque representa um bom desconto no valor da fatura.

SR. DILTON MARTINS: Só uma dúvida, Rodrigo, mas e quando o valor do consumo é muito elevado, muito acima, daí a tarifa social continua a mesma, como é que funciona?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Ela continua, agora, claro, que nem foi o exemplo que a Vanessa colocou ali de uma conta de R\$ 1 mil, o valor do desconto, proporcionalmente, representaria pouco né, teria um impacto maior com consumos menores, no caso, com o valor da fatura menor.

SR. JORGE FAGUNDES: E, se, no caso, como disse o senhor ali, esqueci o nome, está constatado que a vila vai ter de sair dali. Correto? Para a empresa interessa que ela receba alguma coisa. Correto? Porque vocês não taxam, dão uma taxa ali, o mínimo para nós, até a nossa saída, para que nós consigamos se manter com essa luz. É muito difícil de fazer isso?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Infelizmente não teria como; não existe uma previsão...

SR. JORGE FAGUNDES: Não existe um acordo sobre isso?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: É regulamentado né, não teria como essa modalidade tarifária.

SR. JORGE FAGUNDES: É, porque se vocês pararem para pensar, nós estamos sendo julgados aqui é que nós temos, de uma hora para outra, quando a Prefeitura conseguir a verba, que eu nem acredito, mas se a Prefeitura conseguir a verba, nós vamos ter que sair. Correto. Então que se coloque uma taxa ali para nós.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: O que vai acontecer é assim, como eu falei antes. Em 2014 foi feita a regularização, e, agora, no segundo semestre, está previsto um retorno que é chamado de Retrofit, que vai ser feita uma verificação onde existem ligações irregulares. Então, nesse caso, agora está sendo feito um novo sistema blindado, que evita o furto de energia. Então, obrigatoriamente, o morador que tem uma ligação irregular vai ser obrigado a se regularizar. E, aí, aproveitando, tem essa opção de a gente buscar o cadastro também da tarifa social.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: O pessoal quer saber sobre as dívidas antigas com a CEE, que está vindo as notificações; mês passado chegou no valor de R\$ 15 mil. É isso que a gente quer saber. A gente tentou entrar várias vezes em acordo com a CEEE. Agora é com a Equatorial.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Sim. Esse valor de R\$ 15 mil é individualizado?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Chegou para uma moradora, mas tem mais moradores; está chegando.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A média seria assim, vamos dizer, entre R\$ 10 e R\$ 15 mil?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Isso daí.

SR. JORGE FAGUNDES: Dívida essa de anos. Porque essa conta de R\$ 1 mil todo mês; uma empresa gasta isso. E uma casa vai gastar como isso?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A princípio, uma casa, vamos imaginar uma família com 4 ou 5 pessoas, não atingiria esse valor. Esse é um valor acima da média.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Com uma pessoa morando, idosa, vinha mais de R\$ 600.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: São vários os motivos que podem fazer ocorrer esse consumo; um dos possíveis motivos, talvez o principal, seria aquele que vocês haviam colocado antes, da questão da ligação interna.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Digo da ligação, da fiação interna, por isso que vocês colocaram até a questão do eletricitista particular, de poder, se houvesse

condição, de ser feita uma verificação na rede interna; e o outro motivo também, estou só levantando hipóteses, é que o morador estava acostumado a não pagar energia. Então ele tinha hábitos de consumo que não geravam preocupação; por exemplo, em um dia de calor, como está hoje, ficar com o ar-condicionado ligado...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A gente sabe que que existe; geladeira... Pode ser que na comunidade Santo André não tenha, mas a gente que frequenta e acompanha; eu acompanho o prefeito nas comunidades, a gente sabe que tem.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: O grande problema na comunidade foi aquelas caixinhas que eles colocaram nos postes.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: É, é o SMC, é a rede blindada.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Aquilo lá estava roubando energia. Então, se alguém fizer um gato no outro lado da rua, rouba de quem está pagando.

SR. JORGE FAGUNDES: O que acontece? A comunidade não tem uma instrução sobre a energia elétrica, por isso que eu coloquei pro senhor se haveria uma possibilidade, dessa empresa que comprou a CEEE, de poder fazer um trabalho individual. Eu sei que isso aí vai ser impossível, mas essa seria uma opção para diminuir o consumo, mas como nós vamos sair de lá, nós temos que sair né, foi batido o martelo e disseram que não podemos, e não podemos. Então, de repente, não há esse interesse. Então por que não fazer uma negociação, entrar num acordo, para vocês receberem pelo menos alguma coisa, enquanto nós estivermos lá? Façam uma taxa num valor "x" para nós pagarmos, até nós sair. Isso aí até fica bonito para a Equatorial, mostraria que ela está se movimentando pela classe vulnerável, porque não interessa de qual

classe vocês vão estar ganhando, seja da mais miserável até a mais milionária. Então o senhor não estaria perdendo. O senhor estaria dando uma opção de vida para cada um de nós.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Como havia comentado antes, não existe a previsão desse modelo tarifário né; então, assim, o que existe é a tarifa social através do cadastro do NIS.

SR. JORGE FAGUNDES: Isso aí, conforme o consumo, ele excede, ele vai lá para cima; esse, de repente, foi o caso, ou um fio mal ligado, dando contato ali, como o rapaz disse lá; isso aí excede...

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Exato.

SR. JORGE FAGUNDES: Então, o que teria que acontecer? Vocês darem uma opção para nós, ou dar umas aulas, que talvez tornaria alguém até eletricista lá para dentro da Equatorial; para nós poder fazer alguma coisa lá para diminuir essa conta da luz; ou senão vai acabar, até o fim de nós sair, vai virar só em gato, porque o pessoal mesmo vai lá religar para nós; tu dá 10, 20 pilas, não sei quanto é que é o salário deles, mas eles vão pegar e vão religar e acabou.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: É que agora, com a rede blindada, isso aí não vai mais ser possível.

SR. JORGE FAGUNDES: Acontece. Acontece. Eles vão de caminhão, com as escadas, e religam.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: O parcelamento sim; é possível ser feito um parcelamento...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Se houve a cobrança, seria somente mediante parcelamento; parcelamento da dívida; o perdão da dívida não é possível.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Então não tem acordo com vocês?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Nesse caso da cobrança da dívida não; aí só sendo feito um parcelamento.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Pois então sexta-feira nós estamos indo numa reunião da Defensoria Pública para ir contra vocês de novo; porque não tem como pagar R\$ 15 mil, sendo que tem muita gente que sabe como economizar luz lá dentro da comunidade; alguns pode ser que não saibam, mas outros sabem muito bem. Nós vamos entrar na justiça de novo contra vocês, contra a empresa que o senhor está representando.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Bom, gente, estamos chegando no adiantado da hora; eu acho que é importante a gente dar os devidos encaminhamentos aqui, e dizer o quanto foi importante a vinda de vocês nesta comissão, porque ela é uma comissão dos direitos humanos. Nós vamos estar acompanhando sim; eu até faço o convite aos vereadores para gente ir *in loco* um dia; combinar, com esses encaminhamentos que ficaram dados aqui, com a SMSUrb, com o DMAE, com o Alexandre, enfim, até mesmo com a própria Equatorial, a gente montar alguma coisa, Rodrigo, para a gente ver essa questão desse passo a passo, enfim, para ver o que que a gente pode estar flexibilizando ou ajudando aquela comunidade ali.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: A gente segue à disposição, vereador; pode contar com a gente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Porque até para mim vai ser muito tranquilo acompanhar as secretarias *in loco* lá, porque eu moro do lado ali da Santo André, para mim vai ser muito fácil, então eu posso ir a pé até ali na Santo André, e nós, enquanto comissão, da CEDECONH, estaremos aqui sim fazendo com que tudo que for acontecer na Santo André seja da melhor forma possível, na forma mais correta. Ninguém vai deixar, nós, aqui, enquanto vereadores, que as coisas aconteçam de uma forma que não seja humana. Então vocês têm todos os direitos. A questão infelizmente é uma decisão que não vem da Prefeitura. A Prefeitura, como foi colocado, ela é ré também nesse processo, porque ela foi condenada também para fazer, para resolver a situação do reassentamento. Então a Prefeitura, na pessoa do secretário André... A PGM colocou também as reais possibilidades, porque é isso que eu acho que é a maior importância da vinda de vocês hoje aqui, é saber a realidade, porque não adianta chegar informações desencontradas. Muitas vezes, chegam pessoas na Vila, por questões eleitoreiras, usando a comunidade, a fragilidade que a comunidade está enfrentando, usando politicamente, e dizem que vão resolver: "Não, deixa que eu vou resolver." É mentira. A verdade está aqui nessa sala hoje, e é isso que a gente vai continuar fazendo, trazendo a verdade para vocês, estando do lado de vocês, porque nós não estamos aqui, enquanto vereadores, para ajudar secretário ou ajudar o prefeito. Nós estamos aqui para ajudar vocês. Só que eu também tenho que fazer o registro aqui dessa possibilidade de que vocês vão sair, mas que tenham, pelo menos, dignidade, até que isso aconteça. Eu quero agradecer e quero acompanhar, e já me coloco à disposição para fazermos essa visita nas comunidades, porque temos a questão também do DMAE, que é importante, dessa denúncia que a comunidade trouxe, porque daqui a pouco o problema não é da própria comunidade e sim dessa empresa que está, de forma irregular, descartando, contaminando o solo, e também a questão daqueles dois moradores que a casa está quase caindo no valão, que é uma realidade também, eu acho que a gente tem que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Já está caindo... A comunidade tem o endereço certinho, o nome da pessoa, e também acho que é bom passar o contato da pessoa, para que eles possam entrar em contato diretamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Nós vamos descobrir e vamos mandar para o senhor, secretário. Então ficou encaminhada aqui a questão tanto da secretaria, do DEMHAB, quanto da SMSUrb, da questão das ruas. Na questão do DMAE também, para nós irmos *in loco* para a gente fazer uma nova avaliação. A questão do lixo está resolvida, mas a gente, o pessoal colocou que o Bota Fora não está passando ali, Alexandre...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Se possível retomar isso com o pessoal ali, agora que tu tens esse acesso também direto com Jorge, fica mais fácil, para a gente pegar e se ajudar. É isso aí. A nossa intenção aqui é de a gente fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma para todos. Então nos colocamos à disposição para maiores encaminhamentos. Agradeço a presença da PGM, da SMSUrb, do DMAE, do DMLU, da Equatorial; do secretário André, que tinha uma outra agenda hoje na Lomba do Pinheiro, mas, quando ele soube que era para tratar desse tema da Santo André, ele trocou com um outro assessor dele lá, e prontamente fez questão de vir aqui. Então agradeço a presença de todos. Estamos à disposição sempre aqui dessa comunidade.

SR. JORGE FAGUNDES: Eu queria agradecer a todos que estiveram aqui na Mesa, mas quero deixar um parecer aí para os vereadores, presidente, agora é a hora de vocês mostrarem o trabalho de vocês; agora é a hora de vocês mostrarem o que que é democracia. Certo? Porque nós, a nossa população, se pararem para pensar, olha quantos votos. Certo? E a população começou

aprender a votar. Vamos ver o que que fazem, o que que fizeram lá atrás para ver se ele merece voto hoje, mas o pedido realmente não é esse, as leis são formadas aqui na Câmara, então vocês pensem bem o que fazem, porque falar em democracia é fácil; fazer é difícil. Muito obrigado aí pela presença de todos que pensaram na Santo André, porque ali mora gente, mora criança, mora idoso. Então nos ajudem. Nós viemos pedir a ajuda de vocês, na realidade; se sensibilizem aí por nós. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Contem com a gente. Uma salva de palmas para todos. (Palmas.) Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h50min.)

TEXTO SEM REVISÃO